



EIXO TEMÁTICO:

Organização e Representação da Informação e do Conhecimento

A REPRESENTAÇÃO DA ESCRAVIDÃO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS BRASILEIROS: UM ESTUDO NOS WEBSITES.

THE REPRESENTATION OF SLAVERY IN BRAZILIAN STATE PUBLIC ARCHIVES: A STUDY ON WEBSITES.

Roberta Albanielle Garcia¹
Ana Cristina de Albuquerque²

Resumo: Da intersecção entre o objetivo da Organização da Informação de fornecer acesso aos documentos e do papel social dos Arquivos em preservar os acontecimentos, e a sociedade, registrados em documentos criados e mantidos por interesse administrativo, a presente pesquisa buscou refletir sobre produtos da organização da informação nos Arquivos Públicos Estaduais de todo o Brasil. Na presente pesquisa as buscas e análises se concentraram nos produtos com temática específica sobre o período da escravidão que estão disponíveis *online*, para acesso remoto. O questionamento buscou evidenciar a realidade brasileira de acesso à informação, principalmente, nesse caso, a informação histórica, visitando os *websites* dos Arquivos Públicos de todos os estados do território brasileiro. Os objetivos consistiram no mapeamento de todos os *websites*, reconhecendo os Arquivos que não possuem páginas *online* para acesso e consulta do amplo público. Após a identificação dos *websites*, o objetivo seguinte consistiu em uma verificação sobre a possibilidade de buscas. O terceiro objetivo específico buscou contabilizar os resultados das buscas no acervo, identificando se há, na ocasião da pesquisa, a possibilidade de distinguir unidades informacionais/documentos dos demais resultados. Para coleta e análise dos dados a pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, documental, exploratória e qualitativa. Os resultados mostraram uma realidade de extrema diferença entre as regiões, e uma baixa incidência de possibilidade de buscas no acervo.

Palavras-chave: documentos da escravidão; Arquivos Públicos Estaduais; organização e representação da informação.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI-UEL). E-mail: robertagarcia@uel.br

² Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI-UEL). E-mail: albnati@uel.br

Abstract: From the intersection between the objective of the Information Organization to provide access to documents and the social role of the Archives in preserving events, and society, recorded in documents created and maintained for administrative interest, this research sought to reflect on products of the organization of information in the State Public Archives throughout Brazil. In this research the searches and analyzes focused on products with specific theme about the period of slavery that are available online, for remote access. The questioning sought to highlight the Brazilian reality of access to information, especially in this case, historical information, visiting the websites of the Public Archives of all states of the Brazilian territory. The objectives consisted in the mapping of all websites, recognizing the Archives that do not have online pages for access and consultation of the wide public. After the identification of the websites, the next objective was to verify the possibility of searches. The third specific objective sought to account for the results of searches in the collection, identifying whether there is, at the time of the research, the possibility of distinguishing information units/ documents from other results. For data collection and analysis the research was characterized as bibliographical, documentary, exploratory and qualitative. The results showed a reality of extreme difference between the regions, and a low incidence of possibility of searches in the collection.

Keywords: slavery documents; State Public Archives; organization and representation of information

1 INTRODUÇÃO

Os documentos de arquivo carregam em si a potencialidade de valor de provar e testemunhar, são, antes de tudo, ferramentas da própria administração que o criou e o mantém, Bellotto (2014, p. 6) explica que: “Os arquivos públicos estão revestidos de fé pública, o que é conferido a seus documentos pelos simples fatos de estarem ali, já que, para tanto cumpriram todo um itinerário de autenticidade e fidedignidade.”

Os Arquivos, principalmente os Arquivos Públicos, armazenam registros cotidianos não apenas do fazer administrativo, da execução de normas e atividades, mas também documenta a existência de diversos personagens que compõem a sociedade. O reconhecimento de que mesmo na execução das Leis e no cotidiano se constrói história e se expressa cultura. Preservar a informação é preservar o presente para o futuro e, segundo Zammataro e Monteiro (2017, p. 24) “[...], o arquivo expressa o poder da sociedade sobre o que deve permanecer para a posteridade como memória de um lugar, de um povo, de uma nação ou sobre o que deve cair nas margens do esquecimento.”

Poder é a palavra que se destaca quando refletimos sobre a responsabilidade de preservar a memória do passado e do presente para as gerações que virão. Os fundos documentais que foram criados em contexto administrativo compõem parte da história com registros que possibilitam compreensão, interpretação, e assim,

conseqüentemente, conhecimento nos ambientes de preservação documental:

No entanto, para que um documento faça seu percurso natural de vida, da administração à história, isto é, da produção e tramitação administrativa à utilização científica e cultural, suas potencialidades devem ser reveladas. Cabe ao arquivista identificar, descrever, resumir e indexar. O historiador saberá selecionar, interpretar, e 'explicar'. (BELLOTTO, 2006, p. 26).

As potencialidades da documentação que a autora descreve são reveladas pela constituição do arquivo permanente de uma instituição, nessa ocasião a documentação que um dia foi o registro da atividade administrativa, departamento ou Ministério se torna parte de um quebra-cabeça que pode ser montado de muitas formas. No arquivo permanente os documentos se tornam fonte de memória, resgate de cultura e construção de identidade:

A constituição de memória, especificamente nos Arquivos, se procede naquele classificado como "Permanente" ou, como é mais usualmente conhecido, 'Arquivos Histórico'. É neste Arquivo em que se encontram os documentos de relevância sociocultural e que devem ser preservados perpetuamente. As informações desses documentos espelham a sociedade e a época em que o Arquivo se insere, formando, dessa maneira, um manancial de memória à disposição para consulta. (BRITTO; MOKARZEL; CORRADI, 2017, p. 163).

A possibilidade de revisitar os registros de outras épocas, outros contextos históricos, é possibilitada por uma ação das instituições, motivadas em promover o acesso para além do uso administrativo e funcional, para que os usuários possam refletir sobre a sua própria realidade, e a sociedade em que está inserido, como explica Bellotto (2014, p. 8):

Já se disse que o arquivo é o arsenal da administração e o celeiro da história. Se, no entanto, o arquivo histórico público se engajar em programas de animação cultural e de cooperação com as escolas, no sentido de ilustrar, animar e aprofundar o ensino da história local, regional e mesmo nacional, estará construindo uma incomparável aura de excelência àquelas suas funções precípuas. Estará contribuindo para formar um cidadão mais apto a compreender o passado da sociedade em que vive e, com isso, melhor poder dar a sua contribuição para forjar um futuro mais digno para esta mesma sociedade.

A autora acredita em um uso dos arquivos de maneira que possam contribuir para a compreensão da realidade, e continua: "Além disso, é no sentido do acesso do cidadão ao universo de informações de cunho cultural, social - e mesmo de lazer – que esse arquivo lhe pode oferecer mais além de ser "guardião" de seus direitos e deveres cívicos." (BELLOTTO, 2014, p. 8)

Nesse sentido, do arquivo permanente representar a sociedade e um respectivo contexto de seu período de criação, a Organização da Informação permite o acesso à informação registrada e preservada, e “[...] os processos de organização e representação da informação e do conhecimento podem ser o fio condutor da criação de vínculos da rede constituída por produtores, instituições, documentos e usuários.” (VITAL; MEDEIROS; BRASCHER, 2017, p. 42)

A compreensão das autoras como a Organização da Informação (OI) sendo o fio condutor de criação de vínculos entre produtores, instituições, documentos e usuários veio ao encontro da motivação da presente pesquisa, e da possibilidade de discutir sobre os produtos da OI, e seu acesso pelo público geral, usuários dos Arquivos Públicos, estes, elaborados a partir do tratamento temático da informação, para tornar acessível o recorte temporal de um período da história brasileira, como o período da escravidão.

O período escravista no Brasil durou mais de trezentos anos e a realidade de extrema desigualdade da época reflete nas condições atuais da sociedade brasileira. Ianni (1978), explica como a cultura africana, e afrodescendente, foi destruída intencionalmente pela escravidão. O negro liberto, segundo Moura (1989), ficou a margem da sociedade mesmo quando se tornou cidadão. O professor Silvio Almeida (2019) apresenta o racismo estrutural e a desigualdade racial como resultados pós-abolição. E, segundo o Atlas da Violência (2021), em 2019 a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras.

Desta forma, o objetivo é evidenciar como é feito o acesso online a informação histórica, a partir da observação dos websites, dos arquivos públicos estaduais brasileiros.

Após a identificação dos *websites*, o objetivo seguinte consistiu em uma verificação sobre a possibilidade de buscas e recuperação de informação organizada nas páginas disponibilizadas pelos Arquivos.

O terceiro objetivo específico buscou contabilizar os resultados das buscas no acervo, identificando se havia, na ocasião da pesquisa, a possibilidade de distinguir unidades informacionais/documentos dos demais resultados.

Justifica-se a presente pesquisa partindo do papel social das Instituições Arquivísticas, como detentoras de fonte de memória, Schwartz e Cook (2004, p. 27) evidenciam que “A memória, como a história, tem raiz nos arquivos. Sem eles, a memória falha, o conhecimento das realizações se apaga, o orgulho de um passado

compartilhado se dissipa. Os arquivos combatem essas perdas. Eles contêm a evidência do que passou.”

Pensando no acesso permitido pelos Arquivos como lugares de memória, Fonseca (2005, p. 62) explica que em uma perspectiva Pós-Moderna “as instituições arquivísticas deixarão de ser lugares onde os usuários vão obter informações para serem provedores de acesso remoto, via internet, a milhares de sistemas arquivísticos interligados”

A internet permite que os usuários acessem de forma remota informações sem que precisem se deslocar até as instalações físicas da instituição, nesse sentido Luz (2010) explica que os *websites* são unidades de acesso do sistema informacional:

A internet é composta de unidades de acesso a rede, conectada de forma transversal e de múltiplos caminhos. Esse processo acompanha o próprio desenvolvimento da tecnologia.

Assim, a conhecida Sociedade da Informação traz à humanidade o paradigma da rede, a multiplicidade de características conhecidas. De fato, trata-se do fornecimento de informação, as mais variadas possíveis, através de uma interface. Acessadas nos sites da *world wide web*, tratando-se, assim, de um serviço de informação customizável pela navegação do usuário. (LUZ, 2010, p. 61)

Ao pensar numa perspectiva das necessidades dos usuários do Arquivo e dos diferentes interesses nas buscas agrega-se a classificação de Bellotto para reconhecer os usuários, que justificam por si só, e em seu uso informacional, a organização e manutenção dos Arquivos Estaduais.

Os quatro tipos de usuários definidos por Bellotto (2006): o administrador, o cidadão interessado em comprovar o cumprimento de seus deveres e direitos, o pesquisador e cidadão comum; podem utilizar das tecnologias para o acesso à informação, caso estejam disponíveis. Por isso estudar, aprimorar e facilitar o acesso remoto precisa ser um esforço conjunto das instituições, profissionais e pesquisadores da área. Os procedimentos metodológicos que permitiram a busca dos objetivos estipulados são descritos no tópico a seguir.

Acredita-se, a partir dos estudos bibliográficos realizados, no potencial dos Arquivos de mudar a sociedade, disponibilizando informação e conhecimento, promovendo a reflexão sobre o passado e sobre o presente.

Acredita-se também que seja possível refletir sobre diferenças de infraestrutura e econômica, refletidas diretamente no investimento governamental aos serviços e sistemas de arquivo e informação. Para isso, parte da pesquisa consistiu na investigação acerca das condições de acesso aos Arquivos Públicos de cada Estado

brasileiro de forma remota, analisando a existência de *websites* institucionais.

2 METODOLOGIA

Em busca das delimitações teóricas que possibilitaram a compressão dos conceitos discutidos, e desenvolvimento do referencial teórico, a pesquisa bibliográfica ocorreu em publicações científicas como livros e artigos de periódicos: “A pesquisa bibliográfica constitui o ato de ler, selecionar, ficar organizar e arquivar tópicos de interesse para a pesquisa em pauta.” (FACHIN, 2001, p. 125)

Para coleta dos dados que pudessem responder aos objetivos e problema de pesquisa o método de pesquisa documental foi considerado adequado, segundo Gil (2002) a pesquisa documental se diferencia da pesquisa bibliográfica ao utilizar fontes diversificadas.

O método de coleta como pesquisa documental permitiu a investigação nos *websites* e a utilização de suas páginas como documentos na coleta de dados e análise dos resultados, compilando os diversos resultados obtidos: notícias, ações-culturais interativas e o acervo. Nesse sentido Fachin (2001, p. 152) explica a multiplicidade das fontes que podem compor a pesquisa documental ao explicar que:

É toda informação de forma oral, escrita ou visualizada. A pesquisa documental consiste na coleta, classificação, seleção difusa e na utilização de toda espécie de informações, compreendendo também as técnicas e métodos que facilitam a sua busca e sua identificação. (FACHIN, 2001, p. 152)

Com base nos objetivos estipulados, que buscaram, em um primeiro momento, um panorama sobre os *websites* dos Arquivos Públicos Estaduais e seus resultados em busca ampla e específica no acervo, a pesquisa é classificada como pesquisa exploratória:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p. 41)

A abordagem utilizada por essa pesquisa é a qualitativa, a qual, segundo Creswell (2007, p. 186) “[...] é fundamentalmente interpretativa. Isso significa que o pesquisador faz interpretação dos dados”. Portanto os dados recuperados durante a

pesquisa foram interpretados, analisados e comparados com a intenção de alcançar os objetivos propostos e permitir as reflexões expostas nos resultados e conclusões do trabalho.

O percurso de coleta de dados foi iniciado partindo da pesquisa no buscador *online Google*, com a intenção de recuperar o endereço do website das instituições, ou informações que pudessem esclarecer sobre o atendimento nas instituições. A coleta de dados ocorreu no período entre o dia dez e o dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e dois e contemplou os vinte seis estados brasileiros, buscando o seu Arquivo Público Estadual ou correspondente.

Durante a coleta de dados não foi estabelecido contato com nenhuma instituição para obtenção de resultados que pudessem contribuir para a recuperação de produtos da Organização da Informação. As visitas nos *websites*, assim como a mineração de dados, buscaram a perspectiva do usuário final do Arquivo, que segundo Bellotto (2006) pode ser tanto o membro da própria administração (Governo), em busca de informações para execução de suas atividades, o pesquisador científico, ou o cidadão comum em busca de seus direitos ou em suas pesquisas pessoais. O *website* é uma forma de contato que contempla a interação com todos esses usuários.

Após a identificação dos endereços eletrônicos para as páginas dos Arquivos Públicos Estaduais as buscas ocorreram em duas etapas: 1) busca ampla no *website*, em barra de busca identificada, muitas vezes com dificuldade, por uma pequena lupa; 2) buscas diretamente no acervo da instituição, quando disponível. A busca foi feita em dois termos para maior abrangência das buscas: 'escravidão' e 'escravatura'. Os resultados foram organizados por região em tabelas apresentadas no tópico de resultados.

As análises mantiveram o objetivo de apresentar a realidade atual do acesso *online* às instituições arquivísticas públicas do território nacional e aos produtos da Organização da Informação disponíveis, sabendo que "O objetivo fundamental de uma pesquisa exploratória é o de descrever ou caracterizar a natureza das variáveis que se quer conhecer." (KÖCHE, 2011, p. 126) Foram descritos nos resultados as condições de acesso e as informações disponíveis.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A reunião e organização da informação em instituições arquivísticas não é um

movimento ocorrido ao acaso, Schellenberg (2006) elenca quatro razões para a instituição dos primeiros arquivos públicos na França, Inglaterra e Estados Unidos. As razões oficiais de valor de prova e do interesse em incrementar a eficiência governamental são descritas pelo autor, e são inseparáveis da razão de ordem cultural, aqui destacada. O autor explica o movimento de reconhecimento do valor cultural da informação produzida pelo Estado e resgata que o trabalho dos historiadores em encontrar nesses documentos a representação do governo e da sociedade foram primordiais para a instituição de arquivos públicos como conhecemos atualmente:

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, coube aos historiadores a primazia de reconhecer a importância dos documentos públicos e foi em grande parte por influência deles que se criaram os arquivos nacionais desses dois países. Os historiadores viram que tais documentos, na sua totalidade, refletem não apenas a expansão e o funcionamento de um governo, mas também o desenvolvimento de um país. (SCHELLENBERG, 2006, p. 31)

Os Arquivos são lugares de memória, como definem Britto, Mokarzel e Corradi (2017) e são um fenômeno estruturado socialmente e, por isso, são resultados do contexto do seu tempo. Para os autores “o documento de Arquivo se constitui como fonte primordial de qualquer estudo relacionado à memória, pois são nesses documentos que contêm as diversas dimensões da realidade (social, cultural, administrativa, ideológica, econômica e política) em que os objetos passíveis de estudo estarão relacionados.” (BRITTO; MOKARZEL; CORRADI, 2017, p.164). A documentação que um dia foi apenas registro da atividade administrativa de um setor, departamento ou Ministério se torna então parte de um quebra-cabeça que pode ser montado de muitas formas. No arquivo permanente os documentos se tornam fonte de memória, resgate de cultura e construção de identidade.

A constituição de memória, especificamente nos Arquivos, se procede naquele classificado como “Permanente” ou, como é mais usualmente conhecido, “Arquivos Histórico”. É neste Arquivo em que se encontram os documentos de relevância sociocultural e que devem ser preservados perpetuamente. As informações desses documentos espelham a sociedade e a época em que o Arquivo se insere, formando, dessa maneira, um manancial de memória à disposição para consulta. (BRITTO; MOKARZEL; CORRADI, 2017, p. 163)

Schellenberg (2006, p. 31) diz que “Os arquivos públicos constituem um tipo de fonte de cultura entre muitos outros tipos como livros, parques, monumentos ou edifícios.” sendo, portanto, os Arquivos responsáveis pela salvaguarda de parte da

memória e do patrimônio da sociedade que se desenvolve juntamente com o governo. Nesse sentido, atribuindo essa responsabilidade, o autor continua:

Desde que produzidos por um governo são fonte [cultural], particularmente, desse governo. Em contraste com outros tipos de fontes culturais que podem ser administradas por entidades particulares, os arquivos só podem ser administrados pelo próprio governo. O cuidado com os valiosos documentos oficiais é, portanto, uma obrigação pública. (SCHELLENBERG, 2006, p. 31)

Estudos, nas diversas áreas, sobre a escravidão tem se disseminado e apresentado novas perspectivas sobre o nosso passado, de acordo com Lara (1995, p. 50) “Cada vez mais, as visões escravas da escravidão e da liberdade, [...], têm sido objeto de investigação e têm propiciado diferentes questionamentos sobre as interpretações e explicações históricas tradicionalmente aceitas a respeito do tema.”

Para que essas pesquisas se desenvolvam a partir de documentos arquivísticos a aplicação da Organização da Informação e do Conhecimento, são imprescindíveis, uma vez que “Na maioria desses documentos, o escravo aparece na fala dos outros, o que não impossibilita a apreensão de seu mundo, mas certamente torna-a menos direta.” (SLENES, 1985 p. 172) Portanto, o tratamento da informação é essencial para o reconhecimento do negro nesses documentos, assim como a sensibilidade na interpretação das informações contidas, com o propósito de conhecer ao máximo personagens sem direito à voz e liberdade, descritos sempre das mãos brancas que desenvolviam os documentos oficiais. Brascher e Café (2008, p. 5) apontam como um dos objetivos do processo de Organização da Informação a possibilidade de dar acesso ao conhecimento contido na informação. A Organização da Informação, portanto, preza não só pela ordenação física dos documentos, mas também na capacidade de possibilitar um movimento de geração de informação e de conhecimento.

Para compreender o contexto histórico que os documentos do período de escravidão no território brasileiro é preciso entender que a escravidão, em um sentido amplo, não começou com o tráfico de africanos para o Brasil, ou com a dominância portuguesa sobre os povos indígenas nativos, os registros de povos escravizados são muito mais antigos, como expõe Robles e Queiroz (1987, p.5) “A escravidão é instituição tão antiga quanto o gênero humano e de amplitude universal, pois, legitimada pelo direito do mais forte, ocorreu em todos os tempos e em todas as sociedades.” Outro autor que apresenta os primórdios da escravidão é Goulart, que

afirma que:

A exploração do homem pelo homem é velha como o gênero humano, e, como ele, universal. Por mais longe que remonte na investigação histórica, desde as idades mais recuadas até nossos dias, chega-se sempre à certeza de que a escravidão, sob uma ou outra forma, existiu em todos os tempos, foi praticada em todas as sociedades. (GOULART, 1975, p. 31)

A posição de dominante e oprimido precisa estar muito clara nas discussões sobre escravidão, onde o escravizado permanece naquela posição contra a sua vontade, Pinsky (1993, p. 13) ao definir escravidão apresenta essa perspectiva: “A escravidão se caracteriza pela sujeição de um homem pelo outro, de forma completa: não apenas o escravo é propriedade do senhor, como sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido pela força”.

No Brasil a escravidão se inicia com a chegada dos portugueses, e com o início da exploração e colonização do território, “A escravidão no Brasil decorre da ‘descoberta’ do país pelos portugueses. Antes de sua vinda, não há registros das relações escravistas de produção nas sociedades indígenas.” (PINSKY, 1993, p. 14) Segundo Moura (1989) D. João III autorizou em 1549 que cada colono pudesse importar 120 escravos africanos, no entanto alguns estudos apontam que antes dessa data já haviam escravos em território brasileiro, alguns indicam navios trazendo africanos já em 1511.

O negro nessa fase é o grande povoador, aquele que chega em ondas sucessivas para preencher os vastos espaços geográficos desocupados. Enquanto o Reino vinha para a aventura da colonização pensando em um breve regresso, deixando, muitas vezes, a família em Portugal, o negro africano sabia que a sua viagem era definitiva e que as possibilidades de voltar não existiam. (MOURA, 1989, p. 72)

O passado e as origens do africano lhe eram negados assim que esse era raptado para ser trazido ao Brasil, “O sofrimento do negro já se iniciava em sua própria terra. Arrancado à família e à comunidade onde vivia, tangido aos magotes para os portos, lá ficava à espera da lotação do navio que o levaria através do oceano.” (ROBLES; QUEIROZ, 1987, p. 38) O processo de abolição da escravatura foi longo no Brasil, os donos de escravos resistiram quanto puderam para garantir a mão de obra explorada. Seguindo o exemplo dos demais países da América e sob pressão dos abolicionistas em 13 de maio de 1888 princesa Isabel assina a Lei Áurea que liberta todas as pessoas que ainda viviam sob o regime de escravidão no país (ROBLES; QUEIROZ, 1987). No entanto, não houve integração do negro livre na

sociedade:

O negro, ex-escravo, é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre, o racismo é remanipulado criando mecanismos de barragem para o negro em todos os níveis da sociedade, e o modelo de capitalismo dependente é implantado, perdurando até hoje. (MOURA, 1989, p. 62)

Jaime Pinsky em 1993 já apontava a diferença social, econômica, situação educacional e preconceito entre brancos e negros no Brasil, como resultado dessa constante segregação racial onde o país se desenvolveu. Os longos anos de escravidão acabaram não apenas com a vida de muitos africanos escravizados, mas também com grande parte da cultura trazida nas poucas bagagens dos imigrantes forçados, Ianni (1978, p. 72) conclui que “Ao longo dos séculos de escravidão, as relações de dominação política e apropriação econômica permitiram à casta dos senhores destruir e recriar, ou reestruturar, os elementos culturais da casta dos escravos.”

As pesquisas sobre a escravidão se intensificaram com a comemoração dos anos da Abolição da Escravatura, em 1988, segundo o Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade (2006, p. 15), “Os arquivos receberam pesquisadores interessados em entender o processo de libertação dos escravos, bem como suas relações com o trabalho, família, entre outros assuntos.” Portanto cabe as instituições disponibilizarem essas fontes primárias aos pesquisadores. O professor Oliveira Silveira (2006, p.14) ao apresentar o Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade mostra a importância do estudo dos documentos como fontes de pesquisas:

Rer ler essas cartas – já não em manuscritos delicados porque antigos – é sentir preservado o registro de um passado que não deve e não pode ser esquecido. Ele precisa dar seu testemunho, expor-se às gerações atuais como referência. Há uma dívida histórica a ser paga, há reparações a serem feitas, e ele deve nortear ações futuras nesse sentido

A Organização da Informação resulta em produtos como o catálogo citado, que podem ser fontes informacionais para os usuários. Além disso, “As tecnologias aumentaram muito a capacidade da sociedade gerar, reunir, recuperar, examinar e utilizar dados com objetivos os mais variados, apresentando ainda a vantagem de possibilitar o acesso à informação a distância [...]” (BELLOTTO, 2006, p. 300) O acesso à esses produtos permitem a compreensão de acontecimentos do passado, o acesso online permite que muitas pessoas possam consumir esse conteúdo que agora é objeto de estudo da presente pesquisa.

4 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

A pesquisa buscou do período entre o dia dez e o dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e dois observar e coletar dados *online* nas instituições arquivísticas estaduais de todos os estados brasileiros. Percorreu-se, como previsto na metodologia, a observação do ponto de vista do usuário final, fazendo buscas amplas no *website* e no acervo quando disponível.

Para localização dos sites oficiais dos Arquivos Públicos Estaduais foi feita uma busca no *Google* estado por estado. É importante ressaltar, como primeiro resultado obtido, que mesmo as instituições que não possuíam nenhum *website* ou página dedicada às informações sobre o acervo, contato ou localização possuíam uma página no site do Diretório Brasil de Arquivos - Dibrarq.

O Dibrarq é, segundo seu *website*, uma iniciativa do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos de reunir instituições e pessoas que guardam e promovem o acesso aos documentos que custodiam, disponibilizando uma plataforma em AtoM, que segundo o *website* é:

[...] um aplicativo de descrição arquivística integralmente voltado para web, com base nas normas do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). AtoM é flexível e atende às necessidades de cada entidade custodiadora, permitindo o acesso através de vários repositórios integrados, assim como independência na atualização de dados. (DIBRARQ, 2022)

Alguns dos resultados da busca no acervo apresentados a seguir foram obtidos através dessa plataforma AtoM e da descrição temática possibilitada. Foi possível identificar no Diretório, mesmo esse não sendo objeto de observação e estudo dessa pesquisa, uma aba de recuperação por assunto. Na mencionada aba foi possível identificar três assuntos/termos relevantes para essa pesquisa: 'África e escravidão negra' com 25 descritores indexados, 'Alforria' com 1 descritor indexado e 'Escravos' com 1 descritor indexado. Apesar do baixo número de documentos indexados, até o fechamento desta pesquisa, salienta-se a importância da iniciativa e da possibilidade de reunir documentos arquivísticos à nível nacional em uma única base de dados.

Nos sites dos Arquivos Públicos Estaduais as buscas ocorreram inicialmente no campo de buscas amplo, e, em sua maioria recuperou notícias e informativos sobre ações promovidas pelas instituições ou pelas Secretarias as quais o Arquivo está

vinculado. Os resultados a seguir são apresentados pelas regiões, seguidas das respectivas análises e discussões. Salienta-se que nenhum comentário tecida acerca dos *websites*, instituições ou estados é uma crítica, mantiveram-se os nomes dos Arquivos por se tratarem de instituições públicas estaduais, representando o acesso à informação pública.

Quadro 1: Região Centro-Oeste

Região Centro-Oeste		
	busca ampla no site	busca no acervo
Goiás	A página do Arquivo Histórico Estadual, vinculada ao site da Secretaria de Cultura do Estado de Goiás, possui informações institucionais, contato (telefone e e-mail) e funcionamento presencial. O campo de busca recuperou notícias de todo o site do Governo do Estado.	
Mato Grosso	Não há busca ampla no site. O site conta com instrumentos de pesquisa e informações sobre o acervo.	'escravidão': 0
		'escravatura': 37 (cartas e requerimentos)
Mato Grosso do Sul	A página do Arquivo Público Estadual, vinculada ao site da Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul possui informações institucionais, contato (telefone e e-mail) e funcionamento presencial. O campo de busca recuperou notícias de todo o site da Fundação de Cultura do Estado.	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na região Centro-Oeste percebeu-se que os Arquivos Públicos dos estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul não possuem sites com a alimentação de documentos digitalizados para a consulta dos usuários de maneira remota, enquanto o Arquivo Público do Estado do Mato Grosso possibilita essa busca por documentos históricos digitalizados e indexados. A iniciativa pública de vincular o Arquivo à Secretaria de Cultura do Estado poderá ser observada também em outras regiões, mostrando, talvez, um reconhecimento governamental da importância da informação arquivística para a preservação e desenvolvimento da cultura regional.

Quadro 2: Região Nordeste

Região Nordeste		
	busca ampla no site	busca no acervo
Alagoas	'escravidão': 3 (catálogo, periódico e revista do acervo)	não possui
	'escravatura': 2 (catálogos do acervo documental)	
Bahia	A página do Arquivo Público do Estado está vinculada ao site da Fundação Pedro Calmon, que vinculada a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia coordena o sistema de arquivos e bibliotecas públicas do Estado. O campo de busca recuperou notícias de todo o site da Fundação Pedro Calmon. É possível visitar exposições virtuais.	
Ceará	A página do Arquivo Histórico Estadual, vinculada ao site da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, possui informações institucionais, contato (telefone e e-mail) e funcionamento presencial. O link de acesso ao acervo não estava em funcionamento na ocasião da pesquisa. O campo de busca ampla recuperou notícias de todo o site do Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, incluindo exposições promovidas pelo Arquivo Estadual com temática sobre a escravidão.	
Maranhão	O site do Arquivo Público do Estado conta com informações sobre a instituição, contato, instrumentos de pesquisa e exposições virtuais. A busca é diretamente no acervo.	'escravidão': 0
		'escravatura': 1
Paraíba	A página do Arquivo Histórico Waldemar Duarte, vinculada ao site da Fundação Espaço Cultural - FUNESC, possui informações institucionais, contato (telefone e e-mail) e funcionamento presencial. O campo de busca recuperou notícias de todo o site da Fundação Cultural do Estado.	
Pernambuco	O site do Arquivo Público de Pernambuco João Emerenciano conta com aba institucional, acervo, publicações, pesquisas, notícias e contato. Não campo de buscas no site amplo.	'escravidão': 17
		'escravatura': 1
Piauí	'escravidão': 3 (notícias)	Não possui.
	'escravatura': 0	
Rio Grande do Norte	Não possui site.	
Sergipe	Não possui site.	

Fonte: elaborado pelas autoras.

Na região Nordeste, como apresentado no quadro anterior, os Arquivos Públicos de dois estados não tinham *websites* para consulta na ocasião da pesquisa: Rio Grande do Norte e Sergipe. Esse dado demonstra que se a pesquisa científica

não consegue recuperar objetos informacionais nessas unidades o cidadão potiguar ou sergipano também não consegue acessar os documentos da escravidão sem se deslocar até a capital do estado, na instalação física.

Não é possível afirmar que a existência dos *websites* satisfará as necessidades informacionais dos usuários, autores como Duarte (2007) explicam que para que haja inclusão informacional digital é preciso prever ainda que o usuário tenha habilidades e competências que o permitam buscar, acessar e consumir as informações disponíveis online. No entanto, a experiência virtual pode permitir o primeiro contato com o acervo, publicações e ações, como é o caso dos estados da Bahia e Ceará que possuíam em suas páginas exposições com temáticas relacionada a escravidão ou a comunidade negra, no sentido mais amplo. Destaca-se também uma publicação do estado do Pernambuco intitulada 'Repertório Escravidão' que reúne documentos do período, permitindo que os usuários possam se informar sobre a temática mesmo sem ir até o Arquivo presencialmente.

Quadro 3: Região Norte

Região Norte		
	busca ampla no site	busca no acervo
Acre	Não possui site.	
Amapá	A página do Arquivo Público, vinculada ao site da Secretaria de Cultura do Estado do Amapá, não possui nenhuma informação. Não possui campo de buscas.	
Amazonas	O site conta com o Manual Técnico do Sistema de Arquivos e Gestão de Documentos do Estado; Legislação; Comissão de Avaliação de Documentos; Institucional; e Eventos. Não possui campo de buscas.	
Pará	'escravidão': 3 (notícias de eventos promovidos)	não possui.
	'escravatura': 2 (notícias)	
Rondônia	O Núcleo de Arquivo Oficial de Rondônia não possui site. O Centro de Documentação Histórica de Rondônia está vinculado ao Museu da Memória Rondoniense, a página de ambos é apenas institucional no site do Governo do Estado.	
Roraima	Não possui site.	
Tocantins	Não possui site.	

Fonte: elaborado pelas autoras.

Na região Norte os estados do Acre, Roraima e Tocantins também não possuíam *websites*, até o fechamento da coleta, que permitissem buscas, consultas ou pesquisas. Como mencionado anteriormente, informações sobre endereço e contato de Arquivos Públicos Estaduais estão organizadas e disponíveis no Dibrarq.

Na região não foi possível recuperar nenhum objeto informacional indexado com a temática buscada, as instituições ainda não possuem buscas diretamente no acervo com documentos digitalizados. Em um comparativo com as demais regiões do país os usuários que fazem suas buscas nos estados da região Norte enfrentam maiores dificuldades, dos sete estados que constituem a região apenas o *website* do Arquivo Público do Pará e do Amazonas possuíam informações claras e alguma interação com os visitantes, até a data da pesquisa.

Quadro 4: Região Sudeste

Região Sudeste		
	busca ampla no site	busca no acervo
Espírito Santo	'escravidão': 22	'escravidão': 1
	'escravatura': 5	'escravatura': 0
Minas Gerais	A busca no site do Arquivo Público Mineiro é direto no acervo, recuperando publicações, revistas, guias de fundos e documentos históricos (fichas descritivas e imagens).	'escravidão': 111
		'escravatura': 40
Rio de Janeiro	A busca no site do Arquivo Público do Estado é direto no acervo arquivístico. O site conta com informações e instrumentos para a pesquisa online ou presencial. Não há busca ampla no site.	'escravidão': 665
		'escravatura': 1
São Paulo	A busca no site do Arquivo Público do Estado é direto no acervo digitalizado. O site conta com informações e instrumentos para a pesquisa online ou presencial. Não há busca ampla no site.	'escravidão': 2
		'escravatura': 0

Fonte: elaborado pelas autoras.

Os Arquivos Públicos dos estados da região Sudeste possuem sites estruturados e independentes das secretarias às quais estão vinculados. Nos quatro estados foi possível realizar buscas dos objetos informacionais organizados

digitalmente. O Arquivo do Rio de Janeiro foi a instituição com mais documentos representados digitalmente com a temática abordada, a capital do estado, a cidade do Rio de Janeiro era capital do país nos últimos anos da escravatura e nas primeiras décadas pós-abolição (1763 a 1960).

Os resultados correspondentes ao Arquivo Público Mineiro apresentam bem um panorama do potencial da organização da informação para a produção de produtos informacionais, que são podem ser fonte de estudo para os mais diversos usuários – como exemplo o livro publicado em 1988, comemorando o centenário da abolição com temática sobre a escravidão, recuperado durante as buscas no *website*.

Quadro 5: Região Sul

Região Sul		
	busca ampla no site	busca no acervo
Paraná	'escravidão':15	'escravidão':450
	'escravatura':3	'escravatura': 0
Rio Grande do Sul	'escravidão': 46	Não possui busca no acervo, mas possui guias dos fundos.
	'escravatura':0	
Santa Catarina	A página do Arquivo do Estado é encaminhada para a página da Fundação Escola do Governo. O sistema de busca no acervo funciona em link isolado recuperado no <i>Google</i> .	'escravidão': 14
		'escravatura':10

Fonte: elaborado pelas autoras.

Na região Sul, na ocasião das buscas, o website do Arquivo Público de Santa Catarina estava fora de operação, com seu link sendo encaminhado para outra página do governo estadual, ainda assim a busca no acervo foi possibilitada pela busca preliminar das instituições no *Google*. Os websites dos Arquivos do Paraná e Rio Grande do Sul funcionam independentes das Secretarias a quem estão vinculados. A busca no acervo do Arquivo Público do Paraná recuperou um número significativo, comparado aos outros estados, de documentos organizados e representados

digitalmente.

O primeiro resultado observado, cumprindo o primeiro objetivo específico, escancara uma realidade onde cinco instituições arquivísticas não possuem nem *website*, nem página institucional/informativa para atender e interagir com seus usuários. Fica a dúvida: quais seriam as perspectivas para a organização da informação no interior desses estados?

É preciso salientar mais uma vez que os websites são fontes passíveis de constantes atualizações, por isso os resultados apresentados refletem a realidade do recorte de tempo da amostra. Durante a exploração das fontes (os *websites*) foi possível notar um esforço em se fazer cumprir a Lei de Acesso à Informação e a Transparência de Dados por parte das instituições arquivísticas. Documentos esses, que ainda estão cumprindo valor administrativo/probatório, e precisam estar acessíveis à própria administração e ao cidadão. Os documentos do período da escravidão, por sua vez, são históricos, ganharam o valor permanente com o passar dos anos, sobreviveram as ações do tempo, nesse sentido Bellotto (2006) faz a seguinte crítica as políticas públicas de preservação dos arquivos permanentes:

Documentos são diariamente destruídos, nas diferentes estâncias governamentais, por desconhecimento de sua importância para o posterior estudo crítico da sociedade que o produziu. Tal desconhecimento acarreta o desleixo e a não priorização no que tange aos serviços de arquivos e preservação de documentos. É preciso que os responsáveis pelas políticas de informação/documentação dos diferentes órgãos governamentais estejam cientes de que, uma vez cumprida a razão administrativa pela qual o documento foi criado, este não se torna automaticamente descartável. Sua utilização jurídica pela própria administração e/ou pela pesquisa histórica poderá ocorrer sempre. (BELLOTTO, 2006, p. 26)

Alguns *websites* possuíam muitas páginas para interação com o usuário, guia do acervo, exposições *online*, publicações e diretrizes, programação presencial, meios de comunicação diretos com a instituição etc., outros websites eram apenas informativos. Os dados apresentados para contemplação do segundo objetivo permitem a reflexão sobre as oportunidades de acesso e consumo informacional para os usuários das diferentes regiões e estados do país.

Observa-se, de fato, que o ciclo informacional – constituído por comunicação, informação, conhecimento e desenvolvimento – se vê bastante afetado quando a comunicação ocorre através do ciberespaço. O uso da Internet acarreta alterações na velocidade, volume, espaços e direcionamento que envolvem o ciclo informacional. Provoca mudanças, também, nas relações sociais entre os indivíduos. (DUARTE, 2007, p. 104)

Por fim, na maior parte dos Arquivos visitados virtualmente não foi possível refinar as buscas dentro da temática buscada. Os números expressam ainda assim uma alta discrepância nos produtos da Organização da Informação disponibilizados pelas instituições, o avanço do acesso online à organização da informação arquivística ocorre de forma desigual nacionalmente. A seção de resultados é encerrada com um questionamento para as próximas pesquisas: O quanto o cidadão pode ser impactado por essa diferença nas possibilidades de acesso à informação organizada?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal do trabalho, de recuperar os produtos da organização da informação desenvolvidos nos Arquivos Públicos Estaduais brasileiros, tendo como temática a escravidão, disponíveis *online* para o grande público enfrentou uma dificuldade: em muitos casos, a inexistência de suportes tecnológicos que hospedem esses produtos de maneira eficiente. O objetivo principal do trabalho de recuperar os objetos informacionais organizados e disponibilizados virtualmente não pode ser alcançado devido a pequena parcela de acervos digitalizados, descritos e indexados disponíveis. Propõem-se investigar nas próximas pesquisas os produtos recuperados nas buscas possibilitadas no momento da presente pesquisa.

Os documentos disponíveis hoje sobre a escravidão representam a pequena parcela de documentos que resistiram a ação do tempo, ao desgaste natural, ao desinteresse governamental na preservação documental, foram submetidos à análise humana (e nunca neutra), tratados e agora estão custodiados e preservados por instituições arquivísticas. Após resistirem por tanto tempo esses documentos são disponibilizados à comunidade geral, podendo ser consultados (de acordo com as normas de preservação de cada instituição) por qualquer pessoa que se interessar, com o objetivo de pesquisa que lhe agradar.

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará história. O arquivo não escreve páginas de história. Descreve com as palavras do dia a dia, e no mesmo tom, o irrisório e o trágico, onde o importante para a administração é saber quem são os responsáveis e como puni-los. (FARGE, 2017, p. 14)

Lara (1998, p. 38) expõe a urgência nos estudos sobre a escravidão e a

comunidade negra já em 1998, atualmente a realidade não mudou muito, então o discurso dela se faz necessário e presente:

Resgatar a experiência escrava e inserir a experiência negra na história social do trabalho permite desvendar os significados culturais e políticos de uma história americana cuja face muitas vezes se pretende ocultar. No Brasil, como nas Américas, esta atitude pode nos ajudar a compreender melhor as candentes questões da discriminação e das tensões raciais do presente.

Esse resgate da história e da experiência pode ser possibilitado pelos ambientes, mesmo que virtuais, dos Arquivos. Bellotto (2006, p.33) explica que “Hoje em dia, amplia-se cada vez mais o entrosamento entre arquivo e cidadão ou entre arquivo e escola de segundo grau, funcionando ainda o arquivo como laboratório para futuros historiadores.” Segundo a autora essa faceta cultural da função Arquivística se dá no campo da disseminação da informação, onde o Arquivo proporciona o acesso à informação histórica de fontes primárias tratadas aos mais diversos usuários interessados.

Os *websites* são, de certo ponto de vista, parte da representação da informação contida nas instituições, são pontos de acesso ao sistema informacional. Estamos muito distantes de uma realidade nacional unificada, ou padronizada, de acesso às unidades informacionais pelos *websites* das instituições, por isso a sociedade precisa pressionar o Estado por políticas públicas de acesso e preservação da informação, da cultura e da história de seu povo.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: Tratamento Documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 318 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **O Sentido dos Arquivos**. UFMG: Diretoria de Arquivos Institucionais. I Ciclo de Palestras da DIARQ. 2014. 12p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/diarq/index.php/download/o-sentido-dos-arquivos/>. Acesso em 05 fev. 2022.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo, **Anais eletrônicos** [...], São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>. Acesso em: 30 maio 2022.

BRITTO, Augusto César Luiz. MOKARZEL, Marisa de Oliveira. CORRADI, Analaura. O Arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade. **Ágora**. Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 158-182, jan./jun., 2017. Disponível em <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/640>. Acesso em: 20 maio. 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

DIBRARQ, Diretório Brasil de Arquivos. **Arquivo Nacional**: Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2022. Página Inicial. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Informação, Sociedade e Inclusão Digital. *In*: REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria. **Informação, cultura e sociedade**: interlocuções e perspectivas. Belo Horizonte: Novatus, 2007. 144 p.

FACHIN, Odília. **Fundamentos da metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 200 p.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. 120 p.

]

FONSECA, Maria Odila Kahl. **A Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, Mauricio. **A escravidão africana no Brasil**: das origens à extinção do tráfico. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. 3. ed. 300 p.

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978. 142 p.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011. 185 p.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, v. 12, out. 1995. P. 43-56. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11300/8283>. Acesso em: 08 jun. 2022.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, v. 16, fev. 1998. p. 25-38. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185/8196>. Acesso em: 05 jun. 2022.

LUZ, Charley. **Arquivologia 2.0**: a informação digital humana. Excertos de um arquivista 2.0 no mundo digital. Florianópolis: Bookess Editora, 2010. 116 p.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989. 85p.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1993. 12. ed. 80 p.

ROBLES, Suely; QUEIROZ, Reis de. **Escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1987. 85 p.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Arquivos, documentos e poder: A construção da memória moderna. Traduzido por: NEVES, Cylaine Maria das; VENDRAMENTO, Maria Cristina; QUEIROZ, Pedro Condoleo de. **Registro**: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, Indaiatuba (SP), v. 3, n. 3, jul., p. 15-30, 2004. Disponível em:

https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_3.pdf#page=15. Acesso em: 04 fev. 2022.

VITAL, Luciana Paula; MEDEIROS, Graziela Martins de; BRASCHER, Marisa. Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, Marília, v. 11, n. 4, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7507>. Acesso em: 09 jun. 2022.

ZAMMATARO, Ana Flávia Dias; MONTEIRO, Silvana Drumond. Arquivo e Memória: entre Arquivologia pós-custodial e o conceito de arquivo derridiano. *In*: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. (org.) **Memória**: Interfaces no campo da informação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. 360 p.